

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO *CAMPUS* PETRÓPOLIS

Ata da quarta reunião ordinária do Conselho do CEFET/RJ – *campus* Petrópolis, realizada no dia primeiro de agosto de dois mil e dezessete, das nove horas e vinte e um minutos às doze horas e quarenta e cinco minutos, no salão nobre do *campus* Petrópolis, estando presentes

5 os representantes natos: diretor do *campus*, Prof. Frederico Ferreira de Oliveira; gerente acadêmico, Welerson Fernandes Kneipp; gerente administrativo, Carlos Silva de Jesus; coordenador do curso Técnico em Telecomunicações, Felipe da Rocha Henriques; coordenadora do curso de Bacharelado em Turismo, Alexandra Maria de Abreu Rocha; coordenador do curso de Licenciatura em Física, Leandro Tavares Silva; coordenadora do

10 curso de Bacharelado em Engenharia de Computação, Laura Silva de Assis; os conselheiros eleitos, representando os docentes do EBTT: Glauco dos Santos Ferreira da Silva e Felipe da Silva Ferreira (titulares); representando os técnico-administrativos: Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria (titular) e Priscila dos Santos Smith Pereira (suplente); representando a Extensão: Marcelo Faria Porretti (titular); representando a Pesquisa: André Felipe de

15 Almeida Monteiro (suplente); representando os discentes médio e técnico: Anna Beatriz S. de Oliveira (suplente); representando os discentes da graduação: Taiana Cardoso Ferreira (titular) e Guilherme da Rosa Ferreira (suplente). O presidente deu início à reunião com a apresentação do expediente inicial: a) constatado quórum para a sessão; b) votação a respeito da aprovação da ata da segunda reunião ordinária do ano de dois mil e dezessete: o

20 conselheiro Leandro se absteve de votar, sendo aprovada a ata pelos demais conselheiros; c) encaminhamentos para aprovação da ata da terceira reunião ordinária do ano de dois mil e dezessete: sem sugestões de alterações, foi encaminhada para votação: o conselheiro Leandro se absteve de votar, sendo aprovada pelos demais conselheiros; d) comunicações do presidente: 1. Substituição do membro nato Daniel Neves Micha pelo docente Leandro

25 Tavares da Silva, como representante da coordenação do curso de Licenciatura em Física. Neste sentido, informou que será expedido ato próprio da direção do *campus* para registrar a posse dos membros natos, por ser desnecessária a expedição de nova Portaria pela Direção-Geral do Cefet/RJ. 2. Conforme mensagem enviada pela direção deste *campus* aos servidores e conselheiros, ocorreu na semana retrasada reunião entre a Direção deste

30 *campus* e a direção da Faculdade Néelson de Sá Earp (FASE), com a presença do professor responsável pela área de Extensão, Ricardo Tâmela, a respeito da cooperação técnica para o projeto "Petrópolis Cidade Universitária", discutida no fórum "Petrópolis Tecnópolis" (PTRS). Dentre os assuntos tratados nesta reunião, foi abordada a busca de melhores condições para permanência de alunos que não são petropolitanos, visando promover maior intercâmbio de

35 discentes, conhecimento e sociabilidade, e criar entrelace nas áreas de extensão destas duas

instituições. Comunicou ainda que alguns projetos já estão alinhavados e ações já estão sendo agendadas. Neste sentido, a próxima reunião está marcada para o dia dez de agosto, às dezesseis horas, com os representantes da FASE, a ocorrer no salão nobre do Cefet *campus* Petrópolis, deixando registrado o convite a todos os servidores docentes e técnico-

40 administrativos que tenham interesse em unificar projetos de extensão. 3. Reforçou a convocação feita aos coordenadores e professores dos cursos de Licenciatura em Física e de Engenharia da Computação, a fim de comparecerem à reunião marcada para amanhã junto à Diretora de Ensino e ao Vice-Diretor do Cefet/RJ, visando tratar de assuntos referentes ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Comunicações da Gerência

45 Acadêmica (GERAC): 1. O gerente acadêmico, Welerson, comunicou a solicitação feita pelo chefe da Seção de Registros Acadêmicos (SERAC), Adenil da Silva Gonçalves Júnior, com o objetivo de evitar que o processo de matrículas se prolongue muito, no sentido de conscientizar os docentes sobre a necessidade de conferir a lista dos matriculados nas disciplinas (disponível no portal do professor) com os alunos em sala de aula, esclarecendo

50 que, em caso de divergências, o aluno deverá ser encaminhado à SERAC para solucionar o problema. 2. Parabenizou ao Diretor de *campus* pela iniciativa da divulgação externa do *campus* com a ideia e patrocínio dos banners. Comunicações da Gerência Administrativa (GERAD): 1. Continuidade da reforma de alguns ambientes do *campus* ocorrida durante o período de recesso, tais como: pintura de laboratórios e corredores, climatização de

55 ambientes, testes de consumo de energia, destacando a previsão de monitoramento a ser realizado pela equipe de manutenção sobre o consumo de energia dos aparelhos do anexo 'A'. Colocou-se à disposição para providenciar reparos pontuais que se fizerem necessários. Quanto à reforma dos telhados, informou que está aguardando recurso financeiro a ser transferido do Ministério da Educação para o Cefet/RJ, estimando iniciar a obra em

60 novembro. 2. Conforme mensagem divulgada aos servidores do *campus*, o serviço de malote está interrompido temporariamente para análise contratual e, tão logo seja normalizado, todos serão avisados. 3. Demanda do fraldário: a solicitação do Coletivo Feminista do *campus* já foi analisada e providências já estão sendo tomadas para a verificação de espaço e materiais disponíveis no *campus*, sendo estudada a possibilidade da inversão do banheiro

65 masculino pelo feminino do primeiro andar, a fim de viabilizar a sua instalação. Aberto para sugestões: Glauco solicitou que sejam informados os serviços de manutenção previstos para ocorrer, visando evitar transtornos às atividades letivas. Carlos respondeu que a manutenção em ambientes internos já ocorreu durante o recesso, restando somente reparos em ambientes externos: corredores e área comum (restauro de paredes e pintura).

70 Disse ainda que, caso seja necessária alguma intervenção, serão avisados oportunamente. O presidente passou à ordem do dia: a) Discussão e aprovação da nova Matriz Curricular do

Curso de Bacharelado em Turismo – Colegiado do Curso de Gestão em Turismo: a coordenadora Alexandra explanou a respeito da revisão da matriz curricular do curso de Bacharelado em Turismo, com explicações a respeito das alterações ocorridas após avaliação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e sugestões da GERAC, tais como aumento da carga horária e reformulação das disciplinas para adequação de horas. Welerson destacou que as novas disciplinas são tratadas com o código BTUR (Bacharelado em Turismo) e as antigas como GTUR (Gestão em Turismo). O conselheiro André perguntou se caberia tornar a língua estrangeira “Inglês” como disciplina obrigatória. A coordenadora Alexandra esclareceu que se alterasse de optativa para obrigatória, aumentaria muito o número de horas, ultrapassando a quantidade máxima de horas prevista para o curso. O conselheiro Leandro perguntou se estão previstas disciplinas voltadas para novas tecnologias. Alexandra respondeu que essa possibilidade foi estudada, mas que atualmente não há docente disponível para ofertar esta disciplina, mas que entrará como “Tópicos Especiais”, ou como optativa. Leandro perguntou ainda se haverá disciplinas voltadas para Ecoturismo. O diretor Frederico respondeu que há várias disciplinas, tais como: “Turismo e meio ambiente” e “Educação Ambiental”, e como optativa: “Turismo de Aventura”. A conselheira Márcia Alves entende que as colaborações ao projeto apresentado ficam prejudicadas devido à falta de uma análise prévia da documentação, isto é, o projeto pedagógico do curso, e que não caberia a aprovação da matriz sem o contexto do projeto. Por isso, sugere aprovação do projeto e não da matriz. O gerente acadêmico Welerson disse que o ideal seria aprovar a matriz com o projeto, mas que, nos conselhos do Cefet/RJ, o recomendado é que seja aprovada somente a matriz. Explicou que, tendo em vista a avaliação do curso que ocorrerá no próximo ano, houve a preocupação de evitar a apresentação de um curso fora da carga horária exigida em lei, bem como de evitar que isso se postergasse por mais um semestre. Esclareceu ainda que havia uma orientação da Diretoria de Ensino (DIREN), de que nos cursos novos a modificação da matriz fosse feita somente a partir do quinto período, mas que depois este entendimento mudou, sendo autorizada a modificação a partir do primeiro período. Em virtude da urgência da alteração, optaram por fazer a modificação no início do curso e decidiram que a matriz deveria ser aprovada para que já entrasse em vigor a partir deste semestre. Informou ainda que, desde o ano passado, o NDE – Núcleo Docente Estruturante está trabalhando na construção do projeto pedagógico. A coordenadora Laura perguntou como ficará a carga horária dos alunos que já estão cursando, por se tratar de aumento e não redução de carga horária, sendo o oposto ao ocorrido no curso de Engenharia. Welerson esclareceu que os alunos que estão cursando a partir do segundo período continuarão no mesmo curso, pois as modificações serão feitas no sexto e sétimo períodos para integralizar as duas mil e quatrocentas horas ao final do curso. Daí a urgência

para a aprovação, a fim de evitar que mais alunos estejam nesta situação. Laura sugeriu que o colegiado discuta sobre a possibilidade de alguns alunos do GTUR questionarem esta
110 mudança de currículo (aumento da carga horária). Frederico esclareceu que o trabalho que seria feito somente após o reconhecimento do curso, foi antecipado, incluindo os eixos de empreendedorismo I, II e III e trazendo disciplinas para o início do curso, que já estavam sendo ofertadas em períodos posteriores. Portanto, entende não haver alterações expressivas, pois muitos alunos, dentre os que estão cursando a partir do sexto período, já
115 fizeram disciplinas obrigatórias da matriz nova, enquanto disciplinas optativas nos períodos anteriores. Ao ser indagado pelo professor Glauco, Welerson informou que a obrigatoriedade de atividades complementares não se aplica a todos os cursos de graduação, mas somente aos cursos de licenciatura. Esclareceu ainda que a aprovação das atividades complementares ocorrerá no momento da aprovação do projeto (PPC) e que o
120 entendimento da DIREN – Diretoria de Ensino é o mesmo proposto aqui: que as atividades complementares entrem no cômputo sem ultrapassar os dez por cento. Sugeriu o encaminhamento da aprovação da matriz condicionada à aprovação posterior do projeto pedagógico. Alexandra acrescentou também que os alunos foram consultados e aprovaram a reformulação do curso. O presidente finalizou fazendo o encaminhamento sugerido pelo
125 Welerson: aprovação da matriz apresentada, condicionada à aprovação posterior do projeto pedagógico. Em regime de votação: Glauco sugeriu fixar um prazo. Márcia Alves indagou a respeito de estar sendo aprovada uma matriz que já está em vigor, tendo em vista que os alunos fizeram suas matrículas com base no currículo anterior. Welerson esclareceu que não há disciplinas novas no novo currículo, por serem disciplinas que já teriam que fazer ao longo
130 do curso. Com o auxílio da coordenadora Alexandra, esclareceu que o aluno veterano está na matriz antiga e se ele quiser poderá fazer a opção pelas disciplinas ofertadas, mas todos terão que cumprir as duas mil e quatrocentas horas. Disse ainda que todos os cursos estão tendo tempo de analisar e discutir com os setores envolvidos a respeito de cada matriz. Entende que a única mudança significativa ocorreu no prazo, porque o que estava sendo
135 programado pela coordenação e pelo NDE era a apresentação da matriz na reunião de julho para sua aprovação, pensando somente na modificação de períodos anteriores. Mas, posteriormente, se pensou na alteração completa, para uma avaliação satisfatória no futuro. Sem outras sugestões por parte dos conselheiros, o presidente passou ao encaminhamento para votação. O conselheiro Leandro se absteve de votar, sendo aprovada a matriz curricular
140 do curso de Bacharelado em Turismo pelos demais conselheiros, condicionada à apresentação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) na última reunião ordinária do CONPUS, a ocorrer em dezembro do corrente ano. Welerson agradeceu o trabalho da coordenação e do NDE. Segundo encaminhamento: b) Discussão e aprovação do aumento

145 da entrada semestral de alunos para o Curso de Engenharia de Computação – Colegiado do
Curso de Engenharia de Computação: a coordenadora Laura informou que, com a chegada
dos novos computadores, aumentou o número de máquinas instaladas no laboratório do
curso de Engenharia de Computação (de doze para trinta), possibilitando o aumento da
entrada de alunos a cada semestre, por meio da apresentação da proposta de trinta e cinco
alunos por semestre. O presidente agradeceu ao colegiado, e em especial à coordenadora,
150 ressaltando a importância dos dez alunos a mais para o curso a cada semestre, contribuindo
para o índice de eficiência do *campus*. Sem manifestação por parte dos conselheiros, o
presidente passou à votação: abstenção do coordenador Leandro e aprovação pelos demais
conselheiros. O presidente perguntou se algum conselheiro era contrário ao aumento
semestral do número de alunos: abstenção do coordenador Leandro, sendo aprovado pelos
155 demais conselheiros. Terceiro encaminhamento: c) Discussão, encaminhamentos e
aprovação das Normas dos Laboratórios Didáticos do Cefet/RJ *campus* Petrópolis – Comissão
Especial para elaboração do documento: Roberta explanou a respeito do documento
enviado por e-mail aos conselheiros. Iniciou falando sobre o cumprimento do calendário
proposto, lembrando que cada participante é representante de um curso. Ao ler o
160 documento, destacou alguns tópicos: o uso da palavra “multidisciplinares” (artigo primeiro);
finalidades e deveres de cada usuário; termo de uso; controle de acesso; modelo de livro de
registro laboratorial para controle e identificação de erros (Anexo II); deveres dos discentes;
em normas gerais (Capítulo V), mencionou formulário geral a ser utilizado para informação
de danos e irregularidades (artigo quatorze); destacou a proibição de permanência de alunos
165 sem a presença ou autorização expressa do responsável pelo laboratório (artigo quinze);
limpeza dos laboratórios didáticos (artigo dezessete). O conselheiro Carlos sugeriu algumas
modificações a serem feitas no artigo dezessete, passando à seguinte redação: “A limpeza
dos Laboratórios Didáticos, bem como a realização de serviços de manutenção preventiva e
reativa, deverão ser previamente acordadas entre a Subprefeitura do *campus* e o
170 Coordenador de Laboratórios Didáticos de cada curso. § 1º A limpeza ordinária dos
laboratórios seguirá cronograma e escala previamente acordados. As solicitações
extraordinárias serão atendidas mediante agendamento com a Subprefeitura. § 2º A
realização de serviços de manutenção será solicitada à Subprefeitura em formulário próprio,
sendo verificadas data, horário, disponibilidade de materiais e condições para sua realização.
175 § 3º Caberá a Subprefeitura conceder e supervisionar o acesso da equipe de limpeza e
manutenção aos laboratórios”. A servidora Roberta continuou sua explanação a respeito do
Capítulo VIII: direitos e deveres dos usuários; Capítulo IX: devido à inexistência de um
protocolo de segurança no Cefet/RJ, Roberta sugeriu suprimir o artigo vinte e oito. A
conselheira Priscila Smith sugeriu retirar a expressão “corpo de bombeiros” prevista no

180 artigo vinte e cinco. A conselheira Márcia Alves pediu alguns esclarecimentos a respeito de como são designados os coordenadores de laboratórios e quando será necessária a autorização da Direção para empréstimo de materiais. Em resposta, Roberta esclareceu que a supracitada autorização refere-se tão-somente a empréstimo externo. Márcia pediu que deixasse isso explícito na norma. Glauco entende que empréstimos de equipamentos

185 patrimoniados devem seguir os trâmites funcionais da Seção de Patrimônio (SEPAT). No que se refere à designação dos coordenadores, Welerson esclareceu que: são indicados pelo Colegiado, aprovados pelo CONPUS e portariados pela Direção Geral; que cada curso possui um coordenador de laboratório; que os equipamentos ficarão sob a carga/responsabilidade dos coordenadores de laboratório e não mais dos coordenadores de curso. Em relação ao

190 artigo trinta e um, Welerson sugeriu mudar o verbo “poderão” para “deverão”, a fim de adequar a redação aos quesitos de segurança previstos no instrumento de avaliação. O diretor Frederico sugeriu incluir a palavra “extensão” na redação do artigo dezesseis. Sugeriu ainda que os conselheiros encaminhassem as suas sugestões para o e-mail da servidora Roberta, para que possam ser votadas e aprovadas na próxima reunião extraordinária do

195 CONPUS. Os conselheiros Glauco e Márcia entendem não ser necessário novo prazo para alterações, já que todos tiveram acesso ao documento anteriormente. Welerson alerta para que a aprovação não ocorra sem que todas as alterações sejam devidamente registradas, pedindo cautela, em especial, quanto às Resoluções de procedimentos internos, entendendo ser necessária uma padronização para suas aprovações. Carlos sugere que os conselheiros

200 leiam previamente o texto e apresentem suas propostas com a redação já pronta para a aprovação, para evitar que as discussões sejam levadas somente no momento da reunião. Os docentes André e Glauco suscitaram dúvidas quanto à formalização da autorização expressa (artigo quinze). Carlos entende que o artigo vinte e um esclarece esta questão e que o coordenador poderá utilizar o modelo que preferir para formalizar a autorização.

205 Quanto ao livro de registro laboratorial, embora alguns conselheiros tenham considerado seu preenchimento desnecessário para certos laboratórios, tais como o de informática, Carlos destacou a importância de sua utilização para o controle do estoque de materiais, cabendo a cada coordenador adotar o tipo de controle (modelo) que entender mais viável, levando em conta existir uma dinâmica específica cada laboratório. Welerson entende ser

210 aplicável no controle da utilização de kits utilizados no laboratório de química, que são usados por diversos professores de cursos diferentes, destacando a existência de protocolos específicos para materiais do laboratório de física moderna. Felipe Henriques sugeriu somente ser preenchido em caso de ocorrências, para evitar burocracia. Leandro sugeriu ser preenchido somente em caso de danos. Roberta considera ser um respaldo para o

215 coordenador, além de possibilitar o registro da frequência de utilização dos equipamentos e

materiais. Quanto aos laboratórios de informática, Frederico falou sobre a importância de haver uma manutenção preventiva para que, quando houver algum tipo de desgaste, seja possível saber quem utilizou o equipamento e tomar as providências necessárias, evitando que o problema seja identificado somente durante a aula. Leandro entende que o controle poderia ser feito por meio de *login* de acesso. Carlos esclareceu que há avanços neste sentido. Glauco entende ser necessário um tipo de controle para prestação de contas. Carlos e Welerson sugeriram estabelecer um período para que os conselheiros enviem suas sugestões por escrito, pois, devido à grande quantidade de alterações apresentadas, torna inviável que a redação do documento seja definida na presente reunião. O presidente apresentou os seguintes encaminhamentos: a) Abertura de prazo para envio de sugestões para a comissão para que possam ser compiladas e reenviadas para uma próxima aprovação na reunião extraordinária de setembro; b) Aprovação do documento mediante as sugestões a serem encaminhadas para a comissão especial. Resultado da votação para o encaminhamento 'a': somente um voto; encaminhamento 'b': aprovado por dez votos, com uma abstenção. Após alguns questionamentos, o presidente solicitou o registro em ata das alterações a serem feitas no documento: de acordo com as sugestões do conselheiro Carlos de Jesus, a redação dos artigos dezessete e vinte e um ficará da seguinte forma: "Art. 17. A limpeza dos Laboratórios Didáticos, bem como a realização de serviços de manutenção preventiva e reativa, deverá ser previamente acordada entre a Subprefeitura do *campus* e o Coordenador de Laboratórios Didáticos de cada curso. §1º. A limpeza ordinária dos laboratórios seguirá cronograma e escala previamente acordados. As solicitações extraordinárias serão atendidas mediante agendamento com a Subprefeitura. §2º. A realização de serviços de manutenção será solicitada à Subprefeitura em formulário próprio, sendo verificadas data, horário, disponibilidade de materiais e condições para sua realização. §3º. Caberá a Subprefeitura conceder e supervisionar o acesso da equipe de limpeza e manutenção aos laboratórios. Art. 21. Do acesso e permanência nos laboratórios: §3º. O acesso aos Laboratórios Didáticos, exceto disposições previstas no artigo 17, fica condicionado à presença do professor responsável ou discente devidamente autorizado pelo professor ou pelo Coordenador de Laboratório ou pelo Coordenador de Curso". A conselheira Márcia Alves sugeriu incluir no texto do artigo segundo, a definição de quem e como são indicados os coordenadores de laboratórios; e no artigo dezenove, substituir a expressão "quando for o caso" por "quando se tratar de empréstimos externos", ou por "fora das dependências da instituição", ou ainda por outra expressão mais específica; quanto ao artigo vinte e cinco, solicitou retirar "corpo de bombeiros", e suprimir o artigo vinte e oito, por não existir o protocolo tratado neste artigo. No que se refere ao artigo trinta e um, o conselheiro Welerson solicitou substituir o verbo "poderão" por "deverão". A

conselheira Laura sugeriu incluir no item dezessete das disposições gerais, que a frequência e a forma serão definidas pelo coordenador de laboratório; e substituir “ao final de cada atividade”, por uma expressão específica. O presidente agradeceu a colaboração de todos e
255 passou a tratar do item ‘d’ da pauta: Discussão, encaminhamento e aprovação da Normatiza do uso do sistema de monitoração e gravação eletrônica de imagens, por meio de circuito fechado de televisão (CFTV), no âmbito Cefet/RJ – *campus* Petrópolis – Gerência Administrativa. Devido ao pouco espaço de tempo disponível para tratar dos itens ‘d’ e ‘e’, o presidente sugeriu que o item ‘d’ fosse suprimido da presente pauta, passando a ser
260 discutido somente na próxima reunião extraordinária a ocorrer em setembro. Carlos pediu que os conselheiros aproveitem o tempo para ler e enviar as suas sugestões de alterações, para que a redação esteja pronta para aprovação do documento na reunião de setembro. Com a supressão da alínea ‘d’, passou a tratar do item ‘e’: Discussão a respeito da realocação da Seção de Articulação Pedagógica – SAPED. Márcia Alves, na qualidade de chefe da SAPED,
265 argumentou que o espaço atual não atende às necessidades do setor. Questões apresentadas: sala pequena, levando em conta o número de servidores atuantes naquele espaço, a dinâmica do trabalho, o atendimento a alunos em horários específicos que fazem com que tenham que marcar mais de um atendimento no mesmo horário, inviabilizando o sigilo necessário a certos atendimentos. Destacou ainda que, com a participação do gerente acadêmico, conversaram com a coordenadora Laura a fim de fazerem uma troca de salas,
270 mas que não foi possível; que também foi pensado na construção de um anexo à atual sala, também inviável. Por isso, sugere a ocupação da sala da Seção de Administração e Compras (SEACO), pois ficaria próxima à sala da assistente social Priscila Smith, para uma melhor articulação entre elas. Ressaltou que os atendimentos estão sendo prejudicados em função do pouco espaço e que, caso não seja acatada a sugestão da sala onde está lotada a SEACO,
275 que providenciem outro espaço para atuação da SAPED. Em relação aos argumentos apresentados, Carlos de Jesus, na qualidade de gerente administrativo, perguntou à Marcia Alves se a sala da SEACO acomodaria as cinco servidoras da SAPED, sendo respondido que não. Carlos entende que atualmente ninguém dispõe de espaço adequado no *campus*, esclarecendo que a referida sala é utilizada tanto pela SEACO como também pela Gerência Administrativa (GERAD). Argumentou que ao ser cogitada a ocupação da referida sala pela SAPED, não foi verificada a dinâmica dos setores SEACO e GERAD, ou seja, não foi feito nenhum levantamento das atividades administrativas que ocorrem lá, tampouco análise a respeito de um novo espaço a ser ocupado pela GERAD/SEACO. Entende que, antes de a
280 sugestão ser apresentada no CONPUS, deveria ter havido um diálogo prévio entre os setores envolvidos. Pediu cautela no sentido de legitimar este método de levar à votação propostas que não foram previamente conversadas e analisadas pelas partes envolvidas. Informou que
285

a intenção da GERAD é de que futuramente toda a área administrativa (exceto o CPD), ocupe o espaço atualmente destinado ao almoxarifado, mas que este necessita de reformas para que possa desocupar a sala atual para outras instalações. Reafirmou que, apesar de reconhecer legítimo o pleito, entende ser preocupante o método utilizado, sobretudo pela ausência de diálogo prévio entre os setores demandante e demandado, imprescindível para a construção de uma solução adequada para ambos. Márcia Alves solicitou uma réplica, onde reconhece ser necessário um estudo sobre o método a ser adotado para as demandas em geral. Disse que adotaram a forma de não discutir com o setor, porque apesar de o assunto ter sido levado várias vezes à GERAC, ainda não foi resolvido. Esclareceu que não houve intenção de desmerecer nenhum outro setor e que qualquer espaço a ser sugerido pela SAPED será objeto de questionamentos, já que todos os espaços estão ocupados no *campus*. Disse ainda que a sala da SEACO foi sugerida, mas que sabe não ser o ideal, deixando aberto a outras sugestões de espaço. O conselheiro Leandro compartilha desta dificuldade em lidar com a falta de espaço, entendendo o que a SAPED está enfrentando por também passar por algumas privações de atendimento, mas compreende as colocações feitas pelo gerente administrativo. Sugeriu o mezanino localizado acima das coordenações como espaço de atendimento ao público. O gerente acadêmico Welerson compreende a solicitação do setor e percebe que o local utilizado é inadequado à rotina atual. Reconhece ser antiga reivindicação da mudança de sala e que foram feitas varias ponderações a respeito. Disse concordar com o Carlos até certo ponto, mas que discorda em relação à metodologia, por entender que o momento para discussão de espaço físico deverá ser a reunião do CONPUS. Entende ser correto este procedimento para que possa ser discutido de forma mais ampla o problema que a SAPED enfrenta atualmente. Felipe Ferreira entende que a justificativa da SAPED é bastante coerente e que o procedimento adotado é válido como movimento democrático, ressaltando a importância do setor para o *campus*. O conselheiro Glauco, apesar de reconhecer o CONPUS como fórum para debate das ideias, defende a importância de haver um diálogo prévio entre os envolvidos. Entende que, no caso específico, faltou uma articulação prévia entre a SAPED e a SEACO no sentido de pensarem juntos a respeito do problema, o que causou certo desconforto na transmissão da ideia, observando que o método adotado em relação à SEACO não foi o mesmo utilizado em relação ao curso de engenharia, já que, conforme relatado, houve uma consulta prévia por parte da SAPED à coordenadora Laura. Entrando na matéria específica, levantou duas questões com a finalidade de definir qual seria a prioridade neste momento, deixando claro não pretender entrar no mérito para discutir a importância dos setores envolvidos. Primeira questão: quanto à infraestrutura da sala atual da SAPED; segunda: quanto à necessidade de uma sala para atendimento. Entende ser necessário pensar urgentemente numa sala de

atendimentos e num segundo momento pensar na infraestrutura da sala atual, e somente após esta análise e diálogos necessários, seja levado o assunto na próxima reunião. Alexandra sugeriu abrir consulta para verificar a possibilidade de levar a SAPED para o espaço utilizado como copa pelas coordenações, ou para o espaço destinado ao banheiro do segundo andar do bloco B. Em relação à réplica da chefe da SAPED, Carlos disse que de sua parte não houve qualquer julgamento de intenção e que apenas tentou expor sua colocação num cenário mais amplo, sem o intuito de desmerecer a SAPED ou de enaltecer as atividades da GERAD, por entender que as discussões devem ocorrer de forma despersonalizada. Entende que o ponto de pauta em questão é a sugestão da SAPED para ocupação da sala trezentos e quatro (GERAD/SEACO) e que por isso deve ser discutido na presente reunião. Quanto às sugestões para atendimento ao problema da SAPED, pede que sejam analisadas numa próxima oportunidade, após cuidadoso estudo de um espaço mais adequado ao setor, para que possa ser trazido ao Conselho e chancelado definitivamente. A título de esclarecimentos, Priscila Smith registrou que apesar de fazer parte da equipe da SAPED, ocupa outro espaço que, apesar de não ser o ideal, vem atendendo às demandas específicas da assistência social; pediu que a sala utilizada por ela (trezentos e três) seja mantida independentemente de onde ficará lotada a SAPED, pois necessita de espaço reservado para atendimentos. Welerson sugeriu criar uma comissão, com a participação do Carlos e da Márcia, para tratar especificamente deste assunto, pois a questão tem que ser bem pensada e analisada de forma mais ampla, para que trabalhem durante um mês e apresentem uma possível solução na próxima reunião. Glauco propôs migração imediata da SAPED para a sala trezentos e cinco, sugerindo a sala trezentos e três para atendimentos. Devido ao pouco espaço disponível, considerado inviável para reuniões coletivas, e à quantidade de demandas de atendimentos, Priscila Smith disse não ser possível dividir a sala com a SAPED. Welerson acrescentou que atualmente a sala trezentos e cinco está sendo utilizada para aulas. Felipe Henriques sugeriu ocupar a sala prevista para videoconferência. Com a finalidade de despersonalizar e institucionalizar a dinâmica da discussão, o diretor sugeriu a formação da comissão especial para tratar do assunto. Concorda com as palavras do conselheiro Glauco, reconhecendo que este é o espaço para críticas, oposições e levantamento de certas demandas, rechaçando arranjos informais ou quebra de acordos que se façam sem a legitimação em espaços institucionais, como no caso do CONPUS. Solicita que, doravante, este novo processo de rediscussão dos espaços seja mantido de forma democrática e participativa, proposto por um agrupamento de pessoas e também discutido no CONPUS para dar transparência ao pleito. Márcia complementou que sua intenção era a de ser ouvida e que ficou satisfeita com as sugestões apresentadas para solução de sua demanda. Seguem os nomes dos conselheiros indicados para a comissão:

360 Felipe Henriques, Alexandra, Carlos, Welerson, Marcia Alves, Daphne e Taiana. O presidente
frisou que a comissão irá trabalhar especificamente na realocação do espaço da SAPED.
Carlos será o presidente desta comissão. O diretor solicitou que os trabalhos sejam
365 apresentados na reunião extraordinária de setembro. Encaminhamentos finais: após
consulta aos conselheiros, o presidente anunciou que a reunião extraordinária ocorrerá no
dia treze de setembro do corrente ano, de quatorze às dezessete horas. Assim, após
consultar os presentes se havia mais algum ponto a ser discutido, o presidente Frederico
agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às doze horas e quarenta e cinco
minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e dezessete. Nada mais havendo a tratar, eu,
370 Marcia Maria Pereira de Almeida, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelos
presentes.

.....
Representantes Natos:

Frederico Ferreira de Oliveira _____
Welerson Fernandes Kneipp _____
375 Carlos Silva de Jesus _____
Felipe da Rocha Henriques _____
Alexandra Maria de Abreu Rocha _____
Leandro Tavares da Silva _____
Laura Silva de Assis _____

380
Conselheiros Eleitos:

Glauco dos Santos Ferreira da Silva (titular) _____
Felipe da Silva Ferreira (titular) _____
Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria (titular) _____
385 Priscila dos Santos Smith Pereira (suplente) _____
Marcelo Faria Porretti (titular) _____
André Felipe de Almeida Monteiro (suplente) _____
Anna Beatriz S. de Oliveira (suplente) _____
Taiana Cardoso Ferreira (titular) _____
390 Guilherme da Rosa Ferreira (suplente) _____